

MANUSCRITOS DE TEFÉ AM SOB A ÓTICA DA SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA: REFLEXOS DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa

evellyne.costa@ufsm.br

Professora no Programa de Pós-graduação em Letras-UFSM
Brasil

Karen Letícia Bueno da Silva

karen.bueno.ds@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras-UFSM
Brasil

Ana de Nazaré Egas Praia

anadenazareegaspraia@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras-UFSM
Brasil

Daniel dos Santos Teixeira

danieldst81@gmail.com

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras- UESPI
Brasil

RESUMO

O presente trabalho objetiva trazer reflexões acerca de políticas linguísticas de sincronias passadas no Brasil e, sob os pressupostos da Sociolinguística Histórica, realizar um levantamento e análise de indícios de fenômenos fonológicos presentes em arquivos paroquiais redigidos no século XIX na região de Tefé-AM, a fim de verificar indícios ou não da língua geral amazônica ou nheengatu nos documentos. Após a análise dos documentos concluiu-se a ocorrência do fenômeno fonológico denominado *hipossegmentação*, o qual é característico, do período investigado, não apenas neste estado, mas também nas demais regiões do país. Ademais, diante das transcrições das imagens dos registros, não encontramos indícios do nheengatu, ainda que a língua tenha perpassado a sociedade na época.

Palavras-chave: arquivos paroquiais, nheengatu, política linguística, sociolinguística histórica, Tefé-AM.

TEFÉ MANUSCRIPTS FROM THE PERSPECTIVE OF HISTORICAL SOCIOLINGUISTICS: REFLECTIONS OF LINGUISTIC POLICIES

ABSTRACT

This study aims to offer reflections on linguistic policies of past synchronies in Brazil and, under the principles of Historical Sociolinguistics, to conduct a survey and analysis of phonological phenomena in parish records from the 19th century in the Tefé-AM region, to verify whether there are traces of the Amazonian General Language or Nheengatu in the documents. After analyzing the documents, the occurrence of the phonological phenomenon known as *hyposyllabification* was confirmed, which is characteristic of the period investigated not only in this state but also in other regions of the country. Furthermore, in the transcriptions of the record images, we found no evidence of Nheengatu, even though the language permeated society at that time.

Keywords: historical sociolinguistics, language policy, Nheengatu, parish records, Tefé-AM

Introdução

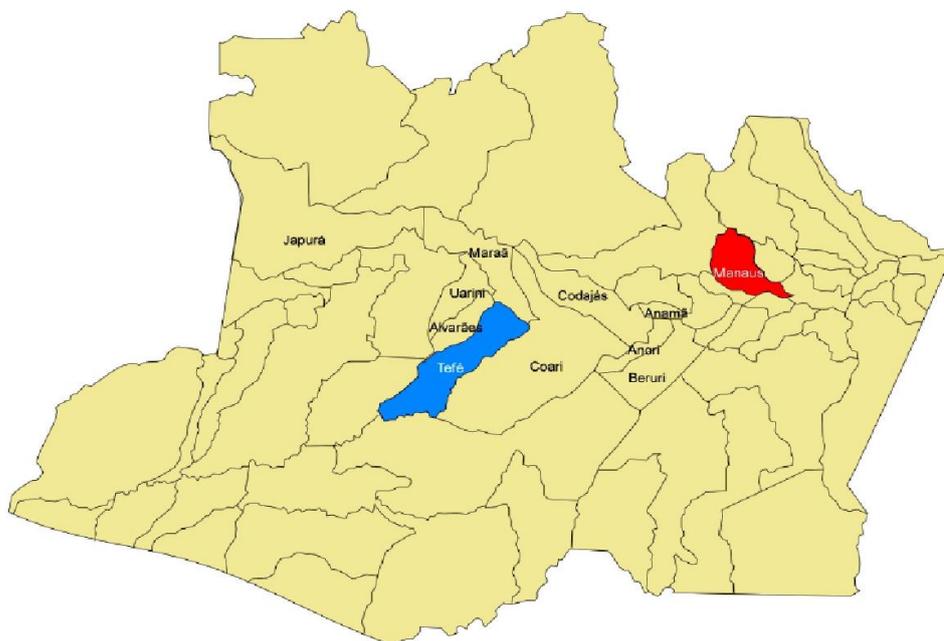
Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar, a partir da ótica da Sociolinguística Histórica, indícios de fenômenos fonológicos nos arquivos paroquiais produzidos no séc. XIX em Tefé AM, bem como observar possíveis reflexos de políticas linguísticas instituídas na região nos manuscritos.

No primeiro momento, apresentamos uma breve história do município de Tefé onde os manuscritos foram coletados. Na sessão seguinte, discorreremos sobre os pressupostos da Sociolinguística Histórica, teoria que embasa a coleta, descrição e análise do *corpus*. Em seguida, trazemos as principais políticas linguísticas aplicadas na região amazônica em sincronias passadas. Por fim, analisamos os indícios de fenômenos fonológicos encontrados nos textos paroquiais e verificamos se há reflexos das políticas linguísticas nesses manuscritos.

O município de Tefé

O município de Tefé está localizado na região do Médio Solimões, distante a 523 km de Manaus capital do estado do Amazonas, sendo também um polo para esta região por conter serviços fundamentais como saúde, educação, comércio, instituições bancárias e outros.

De acordo como censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, Tefé possui uma população estimada em 73.669 habitantes. Ainda de acordo com o IBGE, a cidade de Tefé apresenta uma densidade demográfica de 3,11 habitantes por km² e uma média de 4,21 moradores por residência. No mapa a seguir temos a localização o município de Tefé.

Figura 1: Localização de Tefé em relação à Manaus

Fonte: Paulo Afonso Queiroz do Nascimento – NUTEC/CEST – UEA

A história da cidade de Tefé, bem como das outras do estado do Amazonas se confunde com o início do processo de conquista e colonização da Amazônia a partir dos séculos XVII e XVIII, conforme constata Teles (2013, p. 48):

Sabe-se que a Amazônia, desde o momento em que os europeus entraram em contato com o continente americano (os espanhóis com a região da Mesoamérica e os Andes e os portugueses com o litoral sul-americano), foi alvo de interesses pelas riquezas que ela “supostamente” apresentava. Não foram poucas as expedições espanholas e portuguesas montadas e direcionadas para o reconhecimento, posse e exploração da região. Considerando a ideia da conquista e colonização europeia na região, o Tratado de Tordesilhas (1494) assegurava para a Espanha a região amazônica. Entretanto, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, Portugal travou inúmeras disputas territoriais no sentido de ampliar seus domínios e avançar sobre porções da Amazônia num momento político específico, a União das Coroas Ibéricas.

Conforme verificamos acima, portugueses e espanhóis passaram a promover intensas disputas pela região Amazônica que passou a ter uma importância econômica e geopolítica para os colonizadores. Esse processo de conquista e colonização da Amazônia tiveram nos missionários importantes aliados. Conforme Teles (2013) Os missionários estiveram presentes na região desde o início do processo de conquista e colonização. Atuavam como braço direito das Coroas (Espanha e

Portugal) e por meio dos aldeamentos e das missões procuravam difundir a fé católica e propagar aspectos da cultura ocidental.

O município de Tefé, bem como outros do estado do Amazonas se originaram dessa estrutura de dominação colonial. De acordo com Hoornaert (2012) a maioria dos municípios modernos da região do Amazonas derivam dessas aldeias, situadas usualmente nas junções dos rios, ou em áreas ricas de ervas, especiarias e outros produtos naturais as florestas, salsaparrilha, cravo, canela, cacau, anil, borracha, diferentes tipos de óleos e amendoins, todos conhecidos e utilizados pelos indígenas.

De acordo como Teles (2013) a presença dos carmelitas na região de Tefé (Médio Solimões), visava assegurar a área para a Coroa Portuguesa. Cabe destacar que os espanhóis também queriam assegurar esta região por meio da presença dos jesuítas. Esta disputa e rivalidade entre jesuítas (espanhóis) e carmelitas (portugueses) marcaram as relações entre europeus e etnias indígenas que habitavam a região do Médio Solimões, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII. No ano de 1755, Tefé foi elevada à categoria de Vila com o nome de Ega, de origem portuguesa, e tendo à frente como administrador Frei André da Costa.

A presença da Igreja é antiga e remonta o chamado período missionário colonial. Os Jesuítas, Franciscanos e Carmelitas eram as principais congregações ou ordens religiosas responsáveis pela evangelização dos índios na Amazônia. Essas ordens tinham como objetivo evangelizar os índios de forma impositiva, uma vez que na concepção dos religiosos os indígenas precisavam sair traz trevas da idolatria, superstição e dos falsos caminhos.

Nesse sentido, podemos afirmar que o momento inicial da trajetória da Igreja Católica na região de Tefé se deu durante o período missionário colonial na Amazônia, com um aldeamento constituído pelo missionário Samuel Fritz possivelmente no ano de 1686.

Sociolinguística Histórica

De acordo com Labov (1972), a língua é “uma heterogeneidade ordenada”, ou seja, é “inerentemente variável”. Essa concepção é muito importante para a análise que se empreende aqui, neste trabalho. Essa variação está posta tanto do ponto de vista sincrônico, quanto diacrônico além disso, e está condicionada a fatores estruturais e sociais. O Princípio do Uniformitarismo, que o autor importa da Geologia, define que as forças que agem no presente para empreender a mudança linguística, são as mesmas que agiram no passado. Desse modo, o “fosso” entre sincronia e diacronia é superado.

A concepção de língua que assumimos, a partir de Labov (1972), que é o fundamento da Teoria da Variação Linguística e a aplicação de seus métodos aos estudos diacrônicos, com a construção de *corpora*, delinearão a Sociolinguística Histórica.

Romaine (1982), Roger Lass (2000), Menéndez (1995), Fernández (2005), Silvestre (2007), dentre outros, desenvolvem seus estudos nesse campo teórico que se preocupa com a embricada relação entre questões linguísticas e questões sociais como fatores que influenciam a variação e a mudança em sincronias passadas.

Nossa pesquisa se preocupa em descrever e analisar indícios de fenômenos linguísticos em manuscritos de arquivos paroquiais produzidos no município de Tefé/AM, observando a variável social espécie documental. Nos propomos a correlacionar essa análise aos possíveis reflexos de políticas linguísticas que afetaram a região amazônica antes do séc XIX. Na sessão que se segue, discutimos as principais.

Políticas Linguísticas no Brasil em sincronias passadas

No início da colonização em terras brasileiras, a política linguística da coroa portuguesa se centrava na gramatização das línguas indígenas para torná-las inteligíveis aos portugueses. Um dos instrumentos linguísticos mais conhecidos desse período é a gramática do padre José de Anchieta, de 1595, a Arte da Grammatica da Língua mais usada na costa do Brasil que seria utilizada para tornar os colonizadores versados nas línguas indígenas, sendo assim a evangelização dos indígenas seria possível. Esse primeiro movimento durou até 1758, quando da expulsão dos jesuítas do território brasileiro

De acordo com Trouche (2000), a política linguística de Portugal gira em torno da língua/domínio e língua/espço. No séc. XVI, o cenário linguístico no Brasil se caracterizava pela supremacia das línguas indígenas, inclusive sendo amplamente faladas pelos portugueses, e diversas línguas de outros colonizadores com os quais Portugal disputava, tais como franceses, holandeses e espanhóis.

Nesse caldeirão linguístico, surge a língua geral paulista e a língua geral amazônica da qual trataremos mais adiante. De acordo com a autora, a língua geral paulista era, então, utilizada no espaço privado e público, falada por todas as classes sociais, transmitindo, dessa forma, a cultura de origem tupinambá para as gerações futuras. Restava à língua portuguesa, o espaço dos documentos oficiais que teriam sido traduzidos oralmente para o entendimento de todos.

Em 1757, Dom João I criou o Diretório dos Índios, lei que transformava os aldeamentos indígenas do Grão-Pará e Maranhão em vilas que passariam a ser administradas por funcionários públicos. Dessa maneira, o poder dos jesuítas era paulatinamente reduzido.

O marquês de Pombal, inspirado por ideias iluministas e com a tarefa de recuperar Portugal financeiramente e fortalecer o poder Real face ao poder do clero e da nobreza, elabora as reformas

pombalinas. As referidas reformas tinham caráter administrativo, econômico e educacional. Através do Alvará de 1759, é decretada a dissolução da Companhia de Jesus e a língua portuguesa é efetivamente implantada no Brasil por ordem da Coroa.

O Diretório tratava da “civilização” dos indígenas, do comércio e produção, do povoamento, das relações de trabalho, do convívio entre índios e brancos, do casamento, dentre outras questões. Nesse cenário, a língua portuguesa desempenhava um papel muito importante no que se refere à identidade, obediência, aculturação e ensino da moral cristão. Assim, o diretor substituiu o missionário nessa mudança de papéis.

Os meninos eram ensinados a ler, escrever e contar, ao passo que as meninas aprendiam, além disso, a doutrina cristã e técnicas femininas, tais como fiar, costurar e tecer. O ensino da língua portuguesa precedia o ensino de latim nesse modelo.

A língua geral amazônica é constituída de forma diferente, essa koiné foi construída pelos brancos tendo como base também o tupinambá, sendo entendida como língua de brasileiro, não do índio. Com o passar do tempo, indígenas como os Boné do Rio Negro, começaram a utilizar essa língua geral, rebatizada de nheengatu, como instrumento de afirmação de sua identidade. De acordo com Lavareda (2022), como a língua geral amazônica deixou de ser administrada pelos brancos jesuítas, por conta da expulsão da Companhia de Jesus e das reformas do marquês de Pombal que tornava obrigatória a língua portuguesa no território brasileiro, os índios passaram a utilizar a língua geral como uma maneira de lutar contra a aculturação.

De acordo com o autor, embora o nheengatu preserve características da língua geral amazônica criada pelos jesuítas, assumiu, no decorrer do tempo, outros papéis e passou a representar a identidade dos povos da região amazônica.

Finalizamos essa breve retomada das políticas linguísticas do período colonial no Brasil e sua relação com a língua geral paulista e língua geral amazônica. Relembramos que o nosso trabalho pretende observar possíveis reflexos dessas políticas nos manuscritos produzidos na região amazônica, mais precisamente em Tefé.

Através do trabalho com o arcabouço teórico da Sociolinguística Histórica, pretendemos descrever o português da região no que se refere a indícios de processos fonológicos e tentar identificar aspectos linguísticos que possivelmente sejam oriundos do contato entre o nheengatu e o português. Na próxima sessão, trazemos apontamentos históricos sobre o município de Tefé/AM e discorreremos sobre o acervo que guarda os manuscritos.

Os arquivos Paroquiais no município de Tefé

Os Arquivos Paroquiais na cidade Tefé têm passado por um processo de organização, higienização e digitalização, por meio do projeto “Acervo, História e Memória de Tefé. De acordo com Teles et.al. (2014) o projeto foi elaborado no segundo semestre de 2013, pela linha de história social do curso de história da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), unidade de Tefé, o projeto “Acervo, História e Memória de Tefé”, submetido e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). O objetivo central do projeto direcionou-se no sentido de difundir e democratizar o acesso ao acervo da Prelazia de Tefé, por meio de ações de higienização, organização, catalogação e digitalização dos seus documentos.

O acervo sob a guarda da Prelazia de Tefé, hoje localizado na Rádio Rural, vem passando por sistemáticas ações no sentido de higienização, organização e catalogação, por meio de um grupo de professores e estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que através de projetos de iniciação científica, com financiamento da Fapeam, e de extensão (Progex/UEA), têm mobilizado esforços neste sentido.

Essas ações resultaram na constituição de um inventário parcial dos documentos presentes no acervo. São aproximadamente 2.774 documentos organizados em trinta caixas de arquivos, distribuídos em diversos temas: documentos, cartas, jornais, livros, apostilas, mapas, relatórios, livros de pontos, atas de reuniões, cursos, formulários, projetos, informativos, boletins, encartes, programas de rádio, cadernos sobre os movimentos sindicais, além daqueles ainda não catalogados e inseridos no inventário. O acervo é importantíssimo, pois além dos documentos mencionados, encontram-se periódicos como *O Missionário* e demais fontes que evidenciam aspectos históricos das regiões do Médio e Alto Solimões.

Portanto, como resultado do primeiro momento da pesquisa, concluímos que a presença e atuação da Igreja Católica em Tefé são antigas e deixou muitas influências na sociedade local. Ao longo dessa trajetória a Igreja Católica produziu uma grande quantidade de documentos denominados Arquivos Paroquiais. Os Arquivos Paroquiais são fontes seriais, ou seja, constituídos de muitas informações sobre a vida das pessoas em determinados períodos históricos. Assim, os Arquivos Paroquiais são fontes importantes que poderão revelar outras dimensões e aspectos do passado dos indivíduos ou de uma determinada população ou sociedade.

Após tratarmos da história do município pesquisado e do acervo onde estão depositados os manuscritos do corpus, passamos aos indícios de fenômenos fonológicos encontrados nos arquivos paroquiais.

Os fenômenos presentes nos manuscritos

Segundo Costa e Pereira (2019), recorrer ao passado auxilia e é de grande relevância para a compreensão da língua na contemporaneidade. Nesse aspecto, entendemos que a retomada da língua no estado pretérito pode ser efetuada por meio da análise de registros documentais antigos. Isso reforça a asserção de Monaretto (2005) de que “a análise de um momento da língua no passado auxilia na identificação de estágios iniciais e intermediários de uma mudança linguística” (p. 118); desse modo, destacamos que essas mudanças só irão ser efetivadas caso os falantes as aceitem.

Com investigações que utilizam registros pretéritos, é possível verificar não apenas aspectos gráficos e paleográficos, como também fonológicos para uma caracterização da escrita e da fala da época. Observar registros do século XVIII, por exemplo, podem nos apontar marcas da oralidade e escrita daquele período.

Assim, propomos, nesta análise, fazer um recuo para a caracterização de processos fonológicos nos arquivos paroquiais selecionados. Compreendemos que são vários os processos que podem ser observados a partir da composição dos documentos, decidimos, então, limitar a análise para a observação da hipossegmentação nos registros. A hipossegmentação (HS) é um processo em que existe a supressão de um espaço entre palavras na escrita, eliminando o intervalo vocabular (Moreira, 2019), ainda de acordo com a autora, os escreventes poderiam realizar o fenômeno fonológico levando em consideração a língua falada, o que explicaria a presença da HS nesses registros.

A partir deste momento, nos deteremos nas transcrições dos manuscritos do *corpus* e na observação da análise dos Arquivos Paroquiais.

Edições Diplomáticas e análises de indícios de fenômenos linguísticos

Abaixo, disponibilizamos a edição diplomática dos documentos que consiste, conforme Cambraia (2005), em uma transcrição fiel de todos os elementos presentes nos registros. Com o intuito de apresentar as transcrições e identificar as HS, dispomos a edição diplomática e logo após as ocorrências de Hipossegmentações por meio de tabelas.

Edição Diplomática- Arquivo Paroquial 1

<{12}>

<{ Rosa}>

Aos des dias domes deAbril demil setecentos noventa
enove baptisei Solenemente epôs os Santos [† ...] a
Innocente Rosa filha de Pai incognito eda India

Andreza Monteiro (sobreina) enatural deste lugar
 5 deNogueira forão Padrinhos Antonio Gonçalves
 Monteiro morador des tenesmo lugar, e Cecilia
 Monteiro cazada com RafaelAntonio Pereira
 todos Moradores deque fis este assento.

O Vigario Raymundo oSenr^a Valente

Tabela 1

Ocorrências de HS no arquivo paroquial 1

Ocorrência da Hipossegmentação	
Linha	Vocábulo
L. 1	domes / deAbril / demil
L. 2	enove/ epôs
L. 3	eda
L. 4	enatural
L. 5	deNogueira
L. 7	RafaelAntonio
L. 8	deque

Fonte: Os autores (2024)

Edição Diplomática- Arquivo Paroquial 2

DOC 2 - 1799

<{13}>

<{ Simão}>

Aos onzedias domes deAbril do annodemil eSe
 tecentos noventa enove baptisei Solememente
 pôr os Santos Oleor ao innocente Simão fi

lhodepai incognito e daIndia¹ Floência Ma
 5 ria Solteira forão Padrinhos ManoelFerrei
 ra Indio² cazado, esua Irmã Laurenica Ma
 ria cazada com o Indio (oipriano)³ deMello de
 que fis elste aSsento
 O Vigario Raymundo o Senr^a Valente

Tabela 2

Ocorrências de HS no arquivo

paroquial 2

Ocorrência da Hipossegmentação	
Linha	Vocábulo
L. 1	onzedias/ domes/ deAbril/ annodemil
L. 2	enove
L. 4	lhodepai/ da <u>India</u>
L. 5	ManoelFerrei
L. 7	deMello

Fonte: Os autores (2024)

Edição Diplomática- Arquivo Paroquial 3

Aos cinco dias domês deMaio do Anno demil oito
 centos du (principio) [...] dos Baptisados do
 Freguezio doLugar deiNogueira que porestar com.
 pleto antigo livro principiou o Reverendo José.
 5 Manoel deittedeirosa⁴ fazer a centos emhum ca
 derno, quai agora primeiros lanço neste livro de
 baicho domesmo nome doditto Reverendo Jose
 Manoel deit (/l)edeiros que foi Vigario doditto Fre

guezia e para senão extranha em visita apos-
 10 terior data do Termo supra do Reverendissimo
 Doutor Provisor, e a data dos Seguintes assentos
 a [...] este termo que assignei.

Vigario Raymundo Senr^a Valente

Tabela 3

Ocorrências de HS no arquivo paroquial 3

Ocorrência da Hipossegmentação	
Linha	Vocábulo
L.1	domês/deMaio/ de mil eito
L.3	doLugar / porestar
L. 7	domesmo/doditto
L. 8	doditto
L. 9	emvisita
L. 11	eadata

Fonte: Os autores (2024)

Diante desses três arquivos, todos do final do século XVIII, a disposição dos registros paroquiais indicam não só um mesmo escrevente, como também ocorrências da HS nos mesmos vocábulos.

Nas próximas transcrições, agora da última década do século XIX, é observável que a presença da HS não é recorrente, devido a isso não foram realizadas tabelas para exemplificação.

Edição Diplomática- Arquivo Paroquial 4

<{ Parochia }>

<{ Sta Thereza de Teffé 1890}>

<{ Miguel e Mario }>

Aos quinze dias do mez de Janeiro do Anno de mil oitocentos e noventa, nista Igreja matriz de beffi , devidamente habilitados receberam - se um matrimonio por palavras a Presente, perante Mim e as testemunhas Cap. Bernardo Joaquim Batalha e Thereza Thiysortorno

- 5 Batrulha, Miguel Antonio Moreira de 52 annos de idade e filho de João Antonio Moreira e D. Thereza Maria Pinheiro e Maria da Natividade Gomes de 32 annos de idade filha De Matheus Gomes a (Piwho) e o Juliana Maria de Neves. Declaram lujitimos os filhos já nascidos a unnião illigitima delles, cujos nomes são os seguintes: Thereza de Souza Moreira _ Maria d. Souza Moreira - Derijerio
- 10 Gomes Moreira - Justino da Silva Moreira - Matheus da Silva Moreira. Em seguida, nes conferi as fisicoes nupcias. E para constar lavrei este termo que assigno
- [...] Da visita Pastoral

Edição Diplomática- Arquivo Paroquial 5

<{ Luiz e Quinstanello }>

Aos vinte e sete dias do mez de Janeiro do anno de mil oitocentos e noventa, devidamente habilitados, receberam-se em matrimonnio por palavras de presente perante o visitador Corneto Antonio Ferreira e Paula,

- Luiz Barboza de 27 annos de idade, filho de Gertrudes Maria da Conceição e
- 5 Quintianilha Teixeira de Lonza, de 24 annos, filha Felicia Pereira da Silva. Foram testemunhas Sebatião Divinno Goncalves de Souza a e Evaristo Goncalves de Souza

Edição Diplomática- Arquivo Paroquial 6

Este livro (do a) um para os (assuitos) de casamentos da Parachia a Sta Thereza de Teffi Depois de (prehenchido) o que esta agora reunido na ocasião de desobriga do R do Junio, devido

- 5 Rubricado e numerado por mim e com o meu [...]

o Norberto. Feito em (Meonmãos) aos 27 de
Abril de 1893
[...] C. Norberto (Desury)
Vigario Geral Interino

Frente às transcrições e o levantamento de Hipossegmentações realizadas acima, observamos a asserção de Moreira (2019) que o escrevente ao recorrer a língua falada redigia os vocábulos com a supressão dos espaços, pode ser considerada. É válido mencionarmos que a presença desse fenômeno acontece de forma significativa no início do século oitocentista, enquanto no final do período não há ocorrências de HS, isto é, nos arquivos 1,2 e 3, que pertencem ao período de 1799 a 1800, o fenômeno pode ser considerado característico na escrita, enquanto nos registros 4, 5 e 6, que abarcam os anos de 1890 a 1893, não encontramos indícios de HS.

Por fim, a partir das edições diplomáticas e das tabelas que expõem as ocorrências de HS, é possível corroborar a hipótese de que a escrita reflete a língua falada da época, conforme defendido por Moreira (2019). Esse fenômeno sugere uma mudança no comportamento escritural dos escreventes ao longo do tempo, evidenciando um possível processo de padronização ou normatização da escrita no decorrer do século XIX - de um escrevente de um século para o outro. Assim, o estudo reforça a importância da análise histórica da língua e dos registros documentais para a compreensão das transformações linguísticas em curso.

Arquivos paroquiais de Tefé/AM: onde estão os reflexos do nheengatu?

D'Angelis (2023) cita instrumentos linguísticos que gramatizaram a língua geral amazônica, bem como obras que registraram lendas ou contos que refletem a cultura indígena da região, tais como:

- Poranduba amazonense, ou kochiyama-uara porandub, 1872-1887, de João Barbosa Rodrigues (1890), seguido do seu Vocabulario indigena comparado para mostrar a adulteração da lingua (complemento do Poranduba Amazonense), de 1892.

- La leggenda dell'Jurupary, de Ermano Stradelli (1890).

- Lendas em Nheengatu e em Português, de Antonio Brandão de Amorim (1928). - Vocabularios da lingua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú-portuguez, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirî e seguidos de contos em lingua geral nheêngatú poranduua, de Ermano Stradelli (1929).

Se a língua geral amazônica ou nheengatu alcançou o *status* de língua gramatizada, os manuscritos de nosso corpus poderiam refletir características dessa língua ou apresentariam indícios de fenômenos fonológicos comuns a outros *corpora* do português do séc.XIX?

Ao fazer as transcrições em edição diplomática e identificar a ocorrência do fenômeno de hipossegmentação nos documentos de Tefé/AM, percebemos que os manuscritos apresentam características muito semelhantes a *corpora* de outras regiões do Brasil compostos por documentos do mesmo período.

Não encontramos indícios de fenômenos ou características que fossem reflexos do nheengatu, mesmo que a língua tenha circulado na região e tenha sido utilizada por brancos e por não-brancos e tenha figurado em obras literárias e em instrumentos linguísticos. Temos apenas a referência ao batizado de uma criança filha de uma índia e de pai desconhecido.

Acreditamos que as políticas linguísticas de sufocamento do nheengatu em face do português que foram sistematicamente implementadas na região foram responsáveis por esse apagamento, ou seja, cumpriram a sua função de garantir que a língua portuguesa suplantasse as outras línguas.

Referências

- Cambraia, C.N. (2005). *Introdução à crítica textual*. Martins Fontes.
- Costa, E.P.F.S., Pereira, V.V. (2019). Manuscritos do séc. XIX: processos fonológicos ontem e hoje. *Polifonia*, 26, 119–141.
- D’Angelis, W.R. (2023). A língua nheengatu e suas ortografias: questões técnicas e de política F
- Fernández, F.M. (2005). *Historia Social de las lenguas de España*. Ariel.
- Hoonart, E. (2012). *A Igreja Católica no Brasil Colonial*. In História da América Latina: América Colonial. (M.C. Cescato, Tradutor). Editora da Universidade de São Paulo.
- Labov, E. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. (M.Bagno, M.M.P.Scherer, C.R.Cardoso. Tradutores). Parábola editora [1972].
- Lavareda, W.D.C. (2022). A língua geral amazônica no Grão-Pará cabano: revisitando conceitos. *Revista Moara*. n.62, 51–69. <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v0i62.15065>
- Lass, R. (2000). *Historical linguistics and language change*. Cambridge University Press.
- Menéndez, F.G. (1995). *Sociolinguística histórica*. Visor.
- Monaretto, V.N.O. (2005) O estudo da mudança de som no registro antigo: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, 40, 117-135.
- Moreira, L.L. (2019). *Hipossegmentações em manuscritos oitocentistas da Câmara Municipal de Rio Pardo (RS)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, repositório digital da UFSM, <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/22078> .

- Romaine, S. (2009). *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge University Press, [1982].
- Silvestre, J.C.C. (2007). *Sociolinguística histórica*. Gredos.
- Teles, L.E.C. (2013). Usos da memória e do esquecimento na história de Tefé/AM: as culturas indígenas, a igreja católica e as ordens religiosas. *Nova Revista Amazônica*, (1), 45–59. <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v1i2.6283>
- Teles, L.E.C., Abreu, T.I. & Teixeira, A.A.B. (2014). História social na Amazônia: Fontes paroquiais como suportes documentais na construção do conhecimento histórico. *Acervo*, 27, 181–193.
- Trouche, L.M.G. (2000). O marquês de pombal e a implantação da língua portuguesa no Brasil reflexões sobre a proposta do diretório de 1757. *Anais do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm

Notas

¹ Há ocorrência do termo sublinhado no documento quando a palavra “Índia” é redigida no documento.

² Há ocorrência do termo sublinhado no documento quando a palavra “Índio” é redigida no documento.

³ Acima desse nome é redigido o que consideramos um círculo devido a sua forma.

⁴ Termo sublinhado presente no documento.